

## **O TURISMO RURAL COMO VETOR DO DESENVOLVIMENTO LOCAL: A EXPERIÊNCIA DE SÃO MARTINHO/SC**

Ivo Elesbão\*  
Joaquim Anécio Almeida\*\*

**Resumo:** O turismo rural configura-se como uma das atividades não-agrícolas que mais crescem no meio rural brasileiro, representando um impulso para o desenvolvimento local, tendo importante participação na geração de emprego e renda. O presente artigo apresenta uma breve contextualização do turismo como atividade não-agrícola, aborda alguns aspectos da oferta e da demanda e apresenta a experiência do desenvolvimento local do turismo rural no município de São Martinho. Localizado no Sul do Estado de Santa Catarina, São Martinho encontrava-se estagnado, tendo sua economia baseada na agropecuária. A partir de 1993, iniciou-se um projeto de incentivo e fomento à atividade turística com importante participação das famílias rurais, revitalizando a economia municipal.

**Palavras-chave:** turismo rural, desenvolvimento local, município

### **1 Introdução**

O meio rural brasileiro enfrenta uma série de problemas que perduram e que se intensificam com o passar dos anos. Essas dificuldades são decorrentes das ações do passado e da falta de política adequada. Hoje é crescente a marginalização de pequenos produtores, tornando-se mais difícil o desafio de desenvolver o meio rural. Para fazê-lo, é fundamental a busca de alternativas e de uma política direcionada no sentido de recuperar o meio rural, de proporcionar melhores condições de vida a esta população. O turismo é uma das atividades que se destacam como alternativa para o meio rural. Nos países desenvolvidos, o turismo no meio rural

---

\* Bacharel em Ciências Econômicas, Engenheiro Agrônomo, Mestre em Extensão Rural e Professor Substituto do Departamento de Ciências Econômicas - UFSM, Santa Maria/RS. E-mail: ivoe@bol.com.br

\*\* Professor Titular DEAER/CCR/UFSM. Pesquisador do CNPq.

têm importante participação na geração de emprego e renda. No Brasil, cada vez mais essa atividade ganha espaço.

Em alguns municípios, o turismo representou um impulso para o desenvolvimento da economia local, como no município de São Martinho/SC. Localizado no Sul do Estado de Santa Catarina, São Martinho encontrava-se estagnado, tendo sua economia baseada na agropecuária. A partir de 1993, iniciou-se um projeto de incentivo e fomento à atividade turística, com importante participação de famílias rurais, revitalizando a economia municipal.

A atividade turística no meio rural vem sendo bastante estudada, não apenas como alternativa econômica para propriedades rurais, mas também como geradora de empregos e dinamizadora de economias locais, representando, nas propriedades envolvidas, não somente um complemento de renda, mas, em muitos casos, tornando-se a atividade principal e onde os membros da família disponibilizam a maior parte de seu tempo de trabalho.

O presente artigo tem por finalidade expor a importância do turismo rural como uma das atividades não-agrícolas que mais crescem no meio rural, baseando-se na experiência de implantação do turismo em São Martinho. Primeiramente, apresentar-se-á uma breve contextualização do desenvolvimento rural e do turismo como atividade não-agrícola, abordando alguns aspectos da oferta e da demanda no turismo. Após, apresentar-se-á a experiência de turismo rural em São Martinho, seu processo de implantação, desenvolvimento e a participação no desenvolvimento local.

## **2 Turismo rural e desenvolvimento**

O desenvolvimento econômico brasileiro ocorreu através de ciclos, ou seja, primeiro produtos de exportação que garantiram divisas para a Metrópole e, após a independência, para o financiamento do Estado brasileiro. O primeiro grande ciclo foi o do

açúcar, passando pela mineração e chegando ao café, não esquecendo também da pecuária, borracha e outros relevantes para o desenvolvimento da economia brasileira. Durante a expansão cafeeira, as ações governamentais foram direcionadas especificamente para este setor, e não poderia ser diferente, devido à importância do café na economia brasileira, como coloca Graziano da Silva (1988, p. 252): "(...) na verdade, a economia brasileira era o café; e todas as políticas do Estado brasileiro giravam em torno da política de valorização do café: compra de excedentes, financiamentos externos, impostos sobre exportação, etc".

Com a crise de 1929, houve grande queda na receita das exportações e, conseqüentemente, queda da capacidade de importar, fazendo com que o governo adotasse medidas com vistas a defender o mercado interno, o que favoreceu a industrialização. O período seguinte à crise, que se estendeu até a década de 60, é conhecido como industrialização substitutiva de importações e divide-se em duas fases: uma, de 30 até o final dos anos 40, chamada transição para uma economia urbana e industrial, e outra, a partir de meados da década de 50, com aceleração do desenvolvimento industrial e uma crescente subordinação do setor agropecuário ao setor industrial (Fürstenau, 1987).

Esse período foi marcado pela chamada 'modernização conservadora' da agropecuária, que teve como principal característica o caráter excludente, principalmente se considerarmos o tamanho da propriedade e o patrimônio do produtor. A Política Agrícola, que nessa época era basicamente representada pela Política de Crédito Rural, foi bastante seletiva, concentrando os recursos para os médios e grandes produtores e privilegiando as culturas de exportação.

A década de 70 foi marcada pela abundância de crédito subsidiado. Isso ocorreu devido à necessidade de um mecanismo que financiasse, com taxas subsidiadas e prazos relativamente

longos, uma modernização quase que compulsória da base técnica da agropecuária brasileira. A política de crédito rural subsidiado permitiu reunificar os interesses das classes dominantes em torno da estratégia de modernização conservadora (Graziano da Silva, 1988). Neste período, a produção de alimentos como feijão, mandioca, batata e arroz sofreu deterioração em relação aos enormes progressos da produção de soja, trigo e laranja, produtos de exportação.

Os recursos do crédito rural foram discriminadamente distribuídos beneficiando médios e grandes produtores. O descaso com a produção doméstica fez com que significativo número de pequenos produtores abandonassem o campo em direção às cidades em busca de novas alternativas de emprego e renda. Esse modelo de desenvolvimento da agropecuária brasileira, altamente excludente e que privilegiou a agricultura patronal, gerou uma grande exclusão de pequenos produtores.

Como a agropecuária não possibilitava uma renda que permitisse a reprodução social dos agricultores, estes tinham duas alternativas: ou migravam para os centros urbanos, ou complementavam a renda fora da propriedade. A busca de uma remuneração complementar determinou surgissem e crescessem no meio rural as atividades não-agrícolas.

Dados disponíveis na literatura demonstram o crescimento das pessoas ocupadas em atividades não-agrícolas no meio rural e a redução das pessoas ocupadas na agropecuária. As atividades não-agrícolas nos países desenvolvidos são bastante significativas, sendo responsáveis por uma considerável parcela da renda das famílias que residem no meio rural. Segundo Schneider (1999), a tendência é que aumente cada vez mais o número de propriedades rurais com algum membro da família empregado em atividade não tipicamente agrícola, ou dedicando uma parte do tempo a atividades não-agrícolas, como o turismo, o artesanato, a prestação de

serviços. A maioria das atividades agrícolas, principalmente as de cultivo extensivo, são sazonais, o que permite que membros das famílias fiquem liberados integralmente ou parcialmente para exercer atividades fora da propriedade.

O grande êxodo rural provocou uma intensa urbanização da população brasileira nas últimas décadas (embora tenha havido um arrefecimento no êxodo rural, ainda há um significativo contingente de pessoas que, não encontrando mais condições de sobreviver no meio rural, vão em busca de melhor sorte em centros urbanos). Com isso, a demanda por alimentos aumentou significativamente, mas além de alimentos, esta população passa a demandar lazer, moradia e preservação do meio ambiente. Com o aumento das demandas, abrem-se novas perspectivas de trabalho no meio rural com vistas a supri-las.

As atividades de prestação de serviços consistem nas atividades não agrícolas que mais se sobressaem no meio rural (Del Grossi, 1997). Para uma gama crescente de pessoas residentes no meio rural, a agropecuária vem se tornando uma atividade de tempo parcial. Concomitantemente, vêm aumentando as pessoas ocupadas em atividades não-agrícolas, que buscam uma forma de aumentar os baixos rendimentos obtidos e complementar o tempo disponível de trabalho que não é ocupado na agropecuária.

No distrito São Pedro da Serra, município de Nova Friburgo/RJ, a pequena agricultura familiar encontrava-se em crise, levando a maioria dos produtores e principalmente seus filhos a procurar alternativas de trabalho fora da propriedade. A expansão da exploração do turismo na região propiciou a ampliação da oferta de empregos, fazendo com que diminuísse o número de pessoas que buscavam emprego fora do meio rural. O crescimento da oferta de empregos levou a uma reavaliação do modelo de exploração agrícola. Com isso, a pluriatividade ganha espaço, traduzindo-se na

diminuição da atividade agrícola que, de protagonista, passa a complementar a renda das famílias (Carneiro, 2000).

O lazer é uma 'nova' função que vem se tornando cada vez mais importante no país, manifestando-se em formas variadas de turismo em áreas rurais e que se desenvolve sem nenhuma política pública específica para esse setor. Sem uma política pública dirigida, cabe às prefeituras o papel fundamental no desenvolvimento dessas atividades, seja criando a infra-estrutura necessária para os atrativos naturais, seja no incentivo a que moradores locais possam oferecer maior diversidade de serviços, como pousadas, chalés, pesque-pagues, restaurantes (Graziano da Silva, 1998).

A grande questão que deve ser levada em consideração refere-se à importância das atividades não agrícolas para o meio rural, não somente os empregos e a renda das unidades familiares isoladamente, mas num sentido mais amplo, de desenvolvimento local. Maior relevância devem ter as atividades que sejam capazes de dinamizar a economia local, como salienta Teixeira (1998, p. 165):

Dentro dessas novas ocupações que estão emergindo no meio rural, destaca-se o turismo rural, como uma fonte alternativa de desenvolvimento local, capaz de revitalizar as áreas decadentes e estagnadas, ao fomentar a diversificação de renda e trabalho para as populações locais. Seja através da valorização dos produtos agrícolas, orientando-os para uma demanda mais específica, mais ecológica, ou a diversificação de atividades no interior do estabelecimento, como por exemplo, fazenda-hotel, pousada, pesque-pague, comida típica, artesanato, industrialização caseira e outras atividades ligadas à recuperação de um estilo de vida dos moradores do campo.

A autora coloca que a participação efetiva da comunidade é fundamental, articulada com uma regulação do Estado. O Estado tem papel fundamental, apoiando as iniciativas locais através de crédito para investimento e diversificação dos bens e serviços não-materiais. Também deve exercer função reguladora e impor limites

à expansão turística para que esta não cresça desordenadamente, gerando impactos sociais, ambientais e econômicos adversos.

### **3 Oferta e demanda no turismo rural**

Como em qualquer outro produto ou serviço que se coloca no mercado, a qualidade é fator determinante para o desenvolvimento da atividade turística em nível local. Embora não tenhamos tanta competição na oferta turística no meio rural (por enquanto, pois a tendência de crescimento no Brasil é grande), principalmente entre localidades, deve-se ter, como primeiro objetivo, garantir ao visitante um alto grau de satisfação, para que este retorne e faça a chamada “propaganda boca a boca”.

A atividade turística, pela própria natureza do produto, necessita de reciclagem periódica e de inovações ou renovações na apresentação. Bens e serviços necessitam ser bem apresentados para a “venda”, para a manutenção de públicos cativos e para a aquisição de novos públicos, assegurando com isso a continuidade do empreendimento. O turismo não transforma, mas une os setores primários e secundários da economia, sendo que seu produto se compõe de atividades e serviços ligados aos empreendimentos de hospedagem, aos bens de alimentação, aos transportes, aos produtos típicos locais, além de visitas a locais diversos e utilização de equipamentos de lazer, tanto naturais como artificiais (Andrade, 1992).

De modo geral, a oferta turística é caracterizada por ser basicamente uma oferta de serviços, sendo, portanto, impossível de ser estocada, devendo ser consumida no local. Assim, a impossibilidade de transportá-la faz com que seja o consumidor que deva se movimentar à procura desta oferta. Wahab (1991), afirma que, por não ser ainda uma necessidade básica do homem, a oferta turística está sujeita à concorrência da oferta de outros bens e serviços. Uma das principais características que distinguem a oferta

turística no turismo rural das demais ofertas turísticas é o contato personalizado com o visitante, que somente um atendimento familiar pode proporcionar.

A oferta turística tem como característica marcante a heterogeneidade, sendo constituída da justaposição de bens e serviços oferecidos aos consumidores, sendo esses bens e serviços agrupados em duas categorias de oferta. A primeira categoria engloba as atrações (recursos naturais, sócio-culturais e tecnológicos), também chamados de oferta diferencial, que metodologicamente são responsáveis pela escolha que o turista faz entre uma destinação e outra. A segunda é composta pelos equipamentos e serviços (alojamentos, serviços de alimentação, de entretenimentos e de transporte para a localidade e dentro dela) que são responsáveis pelo maior ou menor tempo de permanência do turista, de acordo com sua qualidade e preço (Ruschmann, 1997).

Num primeiro momento, a demanda é satisfeita pelos atrativos, que respondem pelo início do desenvolvimento do turismo. Estes atrativos são os lugares privilegiados com reserva de elementos da natureza, onde se fazem presentes diversas atividades rurais e o modo de vida rural. Este elemento básico da oferta turística exige gestão e administração adequados. Além disso, o turismo rural vai assumir formas particulares no aproveitamento dos recursos para atender às funções de acolhida, restauração e entretenimento (Tulik, 1997).

A água é um dos produtos importantes que compõem a oferta turística por ser um elemento muito atraente, tanto sob a forma natural, em rios, riachos e lagos, como na forma de piscinas e represas. Este produto atrai uma clientela bastante significativa e, embora esteja associada, principalmente no Sul do país, à época de verão, não deixa de ser um importante elemento de exploração turística nas propriedades.

Pode-se classificar a demanda turística em demanda potencial,



que representa o número de pessoas em condições de viajar, e demanda real, representada por aqueles que realmente viajaram para certo local (Wahab, 1991). Na demanda real, não se pode exercer influência de marketing. O que apresentará relevância nestes indivíduos será a qualidade e a satisfação que obtiverem com a oferta do local de destino. Já na demanda potencial as estratégias de marketing são bem-vindas e devem ser trabalhadas, como dizem Almeida & Blos (1998, p. 58): "Com relação à demanda, é necessário conhecer interesses e motivações de potenciais visitantes, identificando a clientela-alvo. Com esse fim, são necessários estudos de marketing, técnicas mercadológicas e campanhas promocionais e publicitárias".

A demanda turística é um fenômeno composto de indivíduos e grupos de formação social heterogênea, que praticam turismo induzidos por causas múltiplas e diferenciadas. As condições climáticas favoráveis, as épocas reservadas às férias escolares, os feriados prolongados e os fins-de-semana concentram os grandes fluxos de demanda. As épocas mais agradáveis do ano, épocas de temporada ou estações altas, constituem-se importantes influências no volume e na qualidade da demanda turística (Andrade, 1992).

Um dos principais problemas da demanda turística é a sazonalidade, os altos e baixos desta, que são influenciados principalmente pelas condições climáticas. A sazonalidade afeta mais diretamente o turismo de massa, que abrange principalmente o período de férias e o verão. No entanto, não deixa de ser um problema para o turismo rural, sendo um dos maiores desafios para os responsáveis pela oferta deste. Conseguir manter um nível adequado de ocupação e/ou visitação nos atrativos é um desafio e ao mesmo tempo uma necessidade que se apresenta, principalmente onde a oferta é composta na sua maioria por produtos alimentícios e artesanais.

Através de algumas análises do comportamento dos

consumidores, realizadas na França, estão conseguindo conhecer melhor os clientes e as perspectivas da atividade. Esse novo turista dá muita importância à comunicação oral, mas está aberto aos conselhos dos guias turísticos, aos artigos de revistas, em especial, da imprensa feminina. Destaque merecem as curtas estadias (período menor que 4 pernoites), que tem um ritmo de crescimento anual de 8% e representam 38% dos pernoites do turismo rural. As pessoas que escolhem passar férias no campo têm como primeira atividade praticada a visita a monumentos, vindo em segundo lugar os passeios pedestres. Em terceiro lugar vêm os banhos, que ganham importância à medida que as férias se prolongam. E, dentre as solicitações dos turistas, estão a solicitação de mais informações sobre a região, uma melhor sinalização e mais recreações (Laurent & Mamdy, 1998).

#### **4 O desenvolvimento local do turismo em São Martinho**

A grave crise pela qual passou a agropecuária nas últimas duas décadas teve efeito mais acentuado principalmente naquelas regiões e municípios que tinham a base da economia nesse setor, como é o caso de São Martinho. Até 1993, o município tinha a agricultura como sua principal e quase única fonte de renda. Diante da estagnação da economia municipal, baseada quase exclusivamente no setor primário, foi necessário buscar uma outra via de desenvolvimento. A opção encontrada foi pelo desenvolvimento turístico, setor este que já existia, mas de forma latente e desorganizada.

Em 1993, a Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina S.A. (EPAGRI) iniciou um trabalho de conservação ambiental, trabalhando a melhoria das águas, preservação dos animais e coleta seletiva de lixo. A partir desse trabalho, o prefeito solicitou que a empresa realizasse cursos de profissionalização para os agricultores, que culminou com a 1ª Festa

do Produto Colonial, que se encontra na 8ª edição. De grande repercussão regional, é considerada a maior festa da tradição germânica do Sul do estado.

Os agricultores receberam treinamento, começando a produzir produtos de qualidade, agregando valor e escoando a produção com o eventual fluxo de visitação turística. Em 1994, tendo como base a assinatura do Programa Nacional de Municipalização do Turismo (PNMT) e a elaboração de um diagnóstico realizado pelo SEBRAE/SC e a UNISUL (Universidade do Sul de Santa Catarina), inicia o turismo de forma organizada no município. Esse diagnóstico apontou a vocação turística, colocando a atividade como uma alternativa viável para gerar emprego e renda.

Após o diagnóstico, as primeiras ações realizadas foram no sentido de conscientizar todos os segmentos da sociedade de que o turismo seria uma alternativa economicamente viável. Foram realizados cursos técnicos, palestras, seminários e missões de intercâmbio com o fim de fazer a população conhecer outras experiências. Esse processo de conscientização tornou-se muito importante e pode-se dizer que quase imprescindível.

Em um município com sua economia alicerçada na agricultura, a população recebeu a idéia com muita desconfiança, mas, quando surgiram os primeiros equipamentos turísticos, ou seja, as primeiras propriedades e começou o fluxo de visitação periódica, foram crescendo a simpatia e a crença no projeto. Isso pode ser constatado pela motivação no embelezamento da sede do município e no engajamento nas iniciativas do poder público municipal. Dentro do PNMT, foram desenvolvidas iniciativas como a criação do Conselho Municipal de Turismo, elaboração do Plano de Desenvolvimento Turístico, realização de cursos de formação de guias municipais e estruturação do Fundo Municipal de Turismo.

Para transformar o município em destino turístico, o poder público desenvolveu ações no sentido de melhorar a estética da

cidade, através de um projeto de urbanização e paisagismo com o plantio de grande quantidade de flores. Também foi construído o pórtico de entrada da cidade, onde funciona a Secretaria de Turismo, realizado um concurso de jardins, colocação de sinalização turística, além do apoio técnico e incentivo a quem desejasse ingressar na atividade turística.

O município inicialmente trabalhou com a idéia de turismo rural, ecológico e cultural. O turismo ecológico está presente nas trilhas ecológicas e nas belezas naturais abundantes, com potencial de serem exploradas turisticamente. Na parte do turismo cultural, foi criada a Casa da Cultura (Museu do Colonizador), realizado um trabalho de resgate da língua alemã através de cursos gratuitos, resgate da culinária alemã, inaugurado o Museu do Engenho Colonial, criação de grupos folclóricos de canto e dança e uma série de outras realizações.

Com relação ao turismo rural, a idéia era fazer do pequeno agricultor um empreendedor do turismo, agregar valor aos produtos e, conseqüentemente, aumentar a renda familiar. A ação realizada nesse sentido foi a capacitação de agricultores que a EPAGRI proporciona. Através de diversos cursos de profissionalização, foram oferecidos aos turistas produtos com qualidade e higiene adequados. Pode-se colocar a qualidade como um dos fatores mais importantes no desenvolvimento de qualquer atividade turística, sendo fundamental garantir aos visitantes um alto grau de satisfação. A intenção é que este turista volte e divulgue bem os produtos. Também foram incentivadas a instalação de pousadas rurais, a realização da Festa do Produto Colonial e a divulgação dos produtos e serviços.

Através de um trabalho conjunto entre a Fundação Catarinense da Cultura, a Santa Catarina Turismo (SANTUR), EPAGRI, SEBRAE e prefeituras municipais, foi viabilizado o roteiro turístico Caminhos da Imigração. Deste roteiro, fazem parte os

municípios de Armazém, Gravatal, Lauro Müller, Orleans, Pedras Grandes, São Ludgero, São Martinho e Urussanga. São Martinho destaca-se pelas propriedades familiares que produzem e comercializam produtos coloniais e pela gastronomia típica, despertando atenção o café colonial, muito apreciado pelos visitantes.

São Martinho também faz parte, dentro dos circuitos turísticos do Estado de Santa Catarina, do Circuito da Cultura Germânica e do Circuito da Colonização Alemã na Grande Florianópolis. O interesse dos turistas pelas belezas naturais, pela cultura germânica e pela culinária está refletindo positivamente no resgate e na preservação das manifestações culturais em todo o município. Isso pode ser verificado no interesse e participação da população local, no incentivo à formação de grupos de dança, nos grupos de senhoras que cultivam e conservam os jardins da sede, na promoção de cursos de culinária e língua alemã.

A maioria dos turistas que visita o município vem fazê-lo devido a três atrativos principais: as belezas naturais, a comida típica e os produtos coloniais. A visitação ocorre o ano inteiro, mas é no verão, devido às cachoeiras abundantes, que se concentra o maior fluxo, principalmente nos finais-de-semana. Ponto importante é a integração com as termas de Gravatal, que entra na proposta do Roteiro Caminhos da Imigração. Ali se tem um fluxo de turistas o ano inteiro, que se hospedam nos hotéis no município de Gravatal, mas vêm visitar São Martinho. O fluxo de turistas teve um grande aumento entre os anos de 1994 e 1999, como demonstram dados coletados junto à Casa da Cultura. Em 1994 visitaram a Casa da Cultura 354 pessoas. Este número alcançou 2.457 pessoas em 1999 (dados até 30 de novembro), perfazendo um crescimento total de 594,07 %. Desponta também o turismo religioso. A localidade de Várzea do Cedro é conhecida popularmente como a 'Capital Mundial das Vocações'.

O trabalho de pesquisa realizado junto aos proprietários rurais envolveu 12 propriedades que trabalhavam diretamente com turistas. Foram escolhidas ou por serem hospedagens ou por fazerem parte do roteiro da maior parte das excursões que visitam o município. Outro critério ocorreu em função destas estarem citadas na maioria dos documentos e materiais de divulgação do município. As atividades turísticas das referidas propriedades envolvem balneários, pousadas, pesque-pague, restaurantes, venda de produtos artesanais e coloniais.

As propriedades possuem uma área média de 60,50 ha, variando de 13 ha a menor, até 130 ha a maior. Esses dados mostram que uma área média, que equivale a mais de quatro módulos fiscais (o módulo fiscal para São Martinho é igual a 14 ha), seria mais que suficiente para que a maioria dessas famílias obtivesse o sustento da agropecuária. Devido ao relevo montanhoso característico do município, a área agricultável dessas propriedades é muito pequena, tendo em média 20,90 %, variando de um mínimo de 10 % a um máximo de 50 %. É importante observar que, no geral, são as propriedades maiores que possuem relativamente menos áreas agricultáveis. Os números justificam a principal fonte de renda da maioria das propriedades: 58,33 % dedicavam-se à pecuária leiteira. A pouca área de terra agricultável das propriedades permitia a agricultura de subsistência e a produção comercial, ou de culturas que exigiam pouca disponibilidade de terra, como é o caso do fumo, produzido em 16,67 % das propriedades, ou de atividades como a pecuária de leite, que possibilita utilizar terras excessivamente inclinadas, inviáveis para a agricultura.

Não restaram muitas opções a esses agricultores além da agricultura de subsistência e, como já abordado anteriormente, com a grave crise na agropecuária, as condições tornaram-se ainda mais difíceis, com o abandono do campo por algumas famílias. As que permaneceram obtinham da propriedade uma renda muito baixa. Com a opção do município pelo desenvolvimento turístico, estas

receberam incentivos e treinamentos para que pudessem inserir-se nessa atividade. As habilidades individuais, a disponibilidade física e a possibilidade de ter acesso a recursos financeiros influenciaram bastante na opção pela atividade turística. Aos poucos, essas propriedades foram inserindo-se na atividade, algumas com mais intensidade, outras com menos. Hoje, a participação da renda da atividade turística na renda total das propriedades pesquisadas é grande para 58,30 %, média para 16,70 % e pequena para 25 %. Como atividade principal ou apenas complementando a renda das famílias, o fato é que a maioria está satisfeita, como coloca uma entrevistada: "Agora é uma vida mais tranqüila, antes era tudo contadinho, agora a gente tem dinheiro, agora sobra (...), melhorou bastante, bastante mesmo" (Entrevistada).

Atualmente o fluxo turístico está aumentando para 75% dos pesquisados e estável para os 25 % restantes. A perspectiva futura da atividade turística é boa para 91,70 % e razoável para 8,30 % dos pesquisados. Interessante colocar como foi acontecendo a inserção das famílias na atividade, isto devido, entre outros, ao crescimento do turismo no município com o aumento do fluxo de turistas: "A gente viu o movimento das pessoas (...). Achou que uma coisa puxa a outra, a gente acaba entrando junto na história. E a gente entrou pensando em ganhar um pouco mais." (Entrevistada). Outro entrevistado acrescenta: "Vendo o desenvolvimento do turismo na comunidade e como na comunidade não tinha turismo desse tipo, a gente pensou em colocar (...), e ter uma coisa a mais de turismo na comunidade, uma coisa diferente que não tinha ainda. Ter uma renda a mais." (Entrevistado).

As propriedades que hoje se encontram explorando alguma atividade relacionada ao turismo conseguiram elevar consideravelmente seu nível de renda, seja naquelas em que hoje o turismo é a principal atividade, seja naquelas em que este complementa a renda. Isso repercute positivamente na comunidade com mais famílias, buscando oferecer algum tipo de produto

turístico. A maior contribuição das famílias para a comunidade é a geração de empregos, tanto permanentes como temporários. Quase todas as propriedades pesquisadas empregam esse tipo de mão-de-obra, proveniente da comunidade onde está localizada a propriedade, principalmente de vizinhos: “Eu comecei sozinha, aí depois eu peguei uma ajudante, era uma vizinha, peguei mais outra vizinha e agora peguei outra, então hoje eu tenho três, e hoje eu devia ter mais alguma”. (Entrevistada).

Os aspectos principais que podem ser destacados na atividade não-agrícola, no caso o turismo no meio rural, nas propriedades pesquisadas, é a geração de renda, com a conseqüente melhora do nível de vida dessas famílias e a geração de empregos diretos, com a contratação de mão-de-obra local, podendo ser temporária ou permanente. Também é importante colocar a geração de empregos indiretos, pois a quase totalidade dos entrevistados adquire, para a propriedade, produtos e/ou matérias-primas dos vizinhos, possibilitando assim a colocação desses produtos, gerando renda para as famílias.

Outro aspecto é que há propriedades onde membros das famílias saíram na busca de empregos ou de estudo, agora retornando para trabalhar nessa nova condição. É unanimidade entre as pessoas que acompanham e trabalham diretamente na atividade turística no município que o turismo no meio rural melhorou consideravelmente o padrão de vida da população e, principalmente, está gerando empregos, beneficiando a comunidade como um todo.

## **5 Considerações Finais**

As soluções para os problemas do meio rural já não recaem somente sobre políticas dirigidas às atividades agrícolas, mas também se faz necessário uma política que apóie todas as atividades produtivas, agrícolas e não-agrícolas, contribuindo para



aumentar a renda e melhorar as condições de vida da população rural. O turismo rural não é apresentado aqui como solução para os problemas do campo, mas como opção de renda e emprego para as famílias, principalmente nas regiões menos favorecidas em termos geográficos e climáticos, onde as opções de produção agrícola são reduzidas.

O turismo rural, nos países da União Européia desempenha papel importante nas estratégias de desenvolvimento das regiões menos favorecidas, tendo as funções de gerador de emprego, renda e indutor do desenvolvimento de infra-estruturas. Porém, é necessário que se tenha consciência de que o turismo não é o remédio para todos os males. Há um longo e complexo caminho a ser percorrido até que se possa tomar o turismo como eficaz instrumento de desenvolvimento e, com isto, possa ser inserido nas políticas públicas.

Este caminho passa obrigatoriamente pela correta elaboração dos projetos de desenvolvimento turístico, sendo base para isto levantamentos da oferta e pesquisas da demanda, objetivando, entre outros, disponibilizar bases para intervenções de marketing.

É fundamental que, além dos aspectos econômicos e seus indicadores, um projeto bem elaborado leve em consideração os aspectos culturais. O que acontece, na maioria das vezes, é que projetos turísticos são concebidos baseados quase que somente nas repercussões e impactos econômicos favoráveis que o turismo pode proporcionar, primando a maioria deles pelo imediatismo.

Em São Martinho, é importante destacar que o turismo foi desenvolvido como um todo, como uma proposta municipal, englobando quase todos os atrativos municipais levantados no diagnóstico das potencialidades. Não foi trabalhado apenas o turismo rural, sendo este um dos principais atrativos e tendo as famílias rurais se inserido no projeto municipal.

Toda e qualquer oportunidade de renda e emprego no meio rural é bem-vinda, o que não seria diferente com o turismo rural. Mas uma questão importante que deve ser considerada diz respeito a que nem todas as propriedades, nem todas as famílias dispõem de condições para ingressarem na atividade turística. As famílias que dispõem de condições e desejam ingressar na atividade turística devem ser bem assessoradas.

## **6 Referências Bibliográficas**

- ALMEIDA, J. A. & BLOS, W. Turismo e desenvolvimento em espaço: uma abordagem regional. **Revista Ciência & Ambiente**, Santa Maria, RS. n.15, Jul/Dez. 1997. p.31-49.
- ANDRADE, J. V. de. **Turismo: fundamentos e dimensões**. São Paulo: Editora Ática, 1992.
- CADERNOS LEADER. Comercializar um turismo rural de qualidade. **Célula de Animação LEADER. 1994.**
- CARNEIRO, M. J. **O ideal rurbano: campo e cidade no imaginário de jovens rurais**. Disponível em: <<http://eco.unicamp.br/projetos/rurbano.html>>. Acesso em: 21 jan.2000.
- DEL GROSSI, M. E. A pluriatividade no meio rural brasileiro. In.: XXXV Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia Rural, SOBER, Natal, Rio Grande do Norte. **Anais ... SOBER**, 1997, p. 804-837.
- ELESBÃO, I. **Turismo rural em São Martinho (SC): uma abordagem do desenvolvimento em nível municipal**. Santa Maria: UFSM, 2001. Dissertação (Curso de Pós-Graduação em Extensão Rural) - Universidade Federal de Santa Maria.

- FRELLO, C. P. **Plano de desenvolvimento do ecoturismo no município de São Martinho-SC.** Florianópolis : SEBRAE-SC, 1998. p. 81.
- FÜRSTENAU, V. A política de crédito rural na economia brasileira após 1960. Porto Alegre: **Ensaio**, FEE, 1987. p. 139-154.
- GRAZIANO DA SILVA, J. A gestão das políticas agrícolas numa agricultura moderna. In.: XXVI Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia Rural. **Anais...** SOBER, 1988.
- GRAZIANO DA SILVA, J. et. al. Turismo em áreas rurais. In: ALMEIDA, J., FROEHLICH, J. M. & RIEDL, M. (Orgs). **Turismo rural e desenvolvimento sustentável.** Santa Maria: Departamento de Extensão Rural, 1998. p.11-48.
- LAURENT, C. & MANMY, J-F. O turismo rural na França. In: ALMEIDA, J., FROEHLICH, J. M. & RIEDL, M. (Orgs). **Turismo rural e desenvolvimento sustentável.** Santa Maria: Departamento de Extensão Rural, 1998. p.127-138.
- RUSCHMANN, D. **Turismo e planejamento: a proteção do meio ambiente.** Campinas, SP: Papirus Editora, 1997.
- SCHNEIDER, S. **Agricultura familiar e industrialização: pluriatividade e descentralização industrial no Rio Grande do Sul.** Porto Alegre : Ed.: Universidade/UFRGS, 1999.
- TEIXEIRA, V. L. **Pluriatividade e agricultura familiar na Região Serrana do Estado do Rio de Janeiro.** Rio de Janeiro: UFRRJ, 1998. Dissertação (Curso de Pós-Graduação em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade) - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro.
- TULIK, O. Do conceito às estratégias para o desenvolvimento do turismo rural. In.: **Turismo e desenvolvimento local.**

RODRIGUES A. B. (Org.). São Paulo: HUCITEC, 1997. p.136-143.

WAHAB, S-E. A. **Introdução à administração do turismo:** alguns aspectos estruturais e operacionais do turismo internacional: teoria e prática. Tradução de Luiz Roberto M. Junqueira. 3ª ed. São Paulo: Pioneira, 1991.